

Capítulo 3: Civilismo, hermismo e linguagem política

Apesar de ser intimamente ligado à realidade que o cerca, o discurso político não deve ser entendido como um reflexo imediato dela. O fato de ter sido produzido em um momento de intensas transformações não necessariamente fará com que a linguagem nele utilizada seja completamente inovadora; ao contrário, há a possibilidade de que esta permaneça sendo a mesma utilizada no período anterior.

A análise de um discurso político não pode centrar-se apenas nas intenções do autor; é preciso também considerar o impacto que o texto teve sobre os interlocutores que compunham a comunidade política. Este ganha sentido e importância à medida em que se torna público e, por isso, pode ser criticado e apropriado por outros indivíduos além do autor, escapando, portanto, do seu controle. No caso por nós analisado, esta relação entre o texto e o contexto se torna ainda mais relevante, na medida em que os discursos foram construídos com o claro objetivo de gerar uma reação em seus receptores, qual seja, a aprovação ou recusa de um conjunto de ideias políticas defendidas por um dos candidatos em disputa.

“A partir do momento da publicação, têm início as desconstruções da história, e só nos resta perseguir os *continua* de interpretação e tradução e de discussões de segunda ordem acerca da interpretação e da tradução que tão deficientemente denominamos de ‘tradições’.”¹

O trabalho com discursos políticos nos permite acessar o pensamento de um determinado autor, bem como as estratégias utilizadas pelo mesmo para difundir a sua mensagem. Para isso, é fundamental que se conheça o “contexto linguístico” ao qual o autor pertencia no momento da produção do referido discurso, já que este exerce influência direta sobre a linguagem e o impacto que este terá entre seus interlocutores.

Para Pocock, a recuperação do contexto linguístico não é uma tarefa simples, e vai além da pura e simples delimitação do espaço e do tempo nos quais o texto foi produzido. É de fundamental importância para a interpretação do

¹ J. G. A. Pocock, op. cit., p. 54.

discurso político e de seu impacto sobre os seus receptores conhecer o idioma no qual foi produzido. Este, que foi chamado pelo historiador de *langue*, consiste na linguagem partilhada pelo autor do discurso e seus pares, e permite que a mensagem seja entendida por eles. No entanto, um discurso político sempre carrega em si elementos particulares, decorrentes da forma como o autor se apropria do contexto para construir o seu discurso próprio e singular, o qual pode inovar ou corroborar a linguagem corrente. A esta especificidade da linguagem Pocock deu o nome de *parole*.²

A *langue* pode ter origens diversas, como a filiação política ou o grupo profissional, dentre outros. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de distintas, as linguagens que convivem em uma mesma sociedade não são independentes. Ao contrário, elas estão em constante interação, permitindo um intercâmbio de termos e significados, os quais podem até mesmo ser contraditórios entre si.

“Quando falamos em linguagens (*languages*), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo.”³

No Brasil do princípio do século XX a linguagem política predominante, e a utilizada por ambos os candidatos era a republicana, a qual vinha se constituindo desde o século anterior, e contava com a influência de correntes políticas diversas, como o liberalismo e o positivismo.

A relação que o autor do discurso estabelece com a linguagem é dúbia: ao mesmo tempo em que ele se apropria de uma linguagem já existente para expressar as suas ideias, ele insere nela novos elementos e significações, os quais podem ser temporários ou perenes. Sendo assim, a linguagem está em um movimento constante de inovação e expropriação, na medida em que estes são praticados por cada autor e cada leitor, não sendo possível assegurar o efeito que um texto terá sobre seu público ou sobre a linguagem na qual ele foi criado.

Quando a ressignificação de uma linguagem previamente existente ocorre, identifica-se a efetuação de um *lance*, o qual pode ser fruto da intenção que o

2 Ver J. G. A. Pocock, op. cit.

3 Id. Ibid., p. 65.

autor tinha, ou seja, de que mensagem ele queria passar com a sua obra, mas também do contexto no qual o discurso foi elaborado. Cabe ressaltar, no entanto, que os lances não são, necessariamente, uma criação individual. Muitas vezes é necessário que vários autores realizem a mesma ressignificação para que ele se torne efetivo. Além disso, o lance não é, obrigatoriamente, um ato consciente do autor, sendo possível, portanto, que este produza modificações na linguagem que só serão identificadas posteriormente.⁴

Apesar de alguns autores serem capazes de prever parte das interpretações às quais o seu texto estará sujeito, eles nunca serão capazes de antever todas. Tal impossibilidade torna ainda mais rica a análise dos atos de fala, na medida em que a produção de sentido é um processo coletivo e independente da vontade do autor, o qual está intimamente ligado ao contexto.

A análise de textos produzidos ao longo da campanha presidencial de 1909-1910 nos permite, portanto, perceber a interação entre o contexto e as ideias políticas de cada um dos grupos envolvidos, bem como as semelhanças e divergências existentes entre eles.

Dentre os conceitos mais importantes presentes em tais discursos podemos destacar a república, a nação, a democracia, o federalismo e a opinião pública, além do par militarismo/civilismo. Estes fazem parte da linguagem republicana desde a sua formação e sofreram influência direta das ideologias políticas presentes no Brasil do final do século XIX, como o liberalismo e o positivismo.

Àqueles conceitos associavam-se outros, como partido, educação e economia, os quais também contribuíram decisivamente para a construção de sentidos e para a conquista do apoio eleitoral a um ou outro candidato ao longo da disputa.

Estes termos, apesar de serem utilizados por ambos os grupos, não apresentavam sempre o mesmo significado, e foi justamente essa polissemia que permitiu enriquecer as discussões, criando nuances de significado e trazendo a tona diferentes concepções de Brasil.

Conforme ressaltaram Borges e Mello⁵, estes elementos mobilizados pelos candidatos no início do século XX já estavam presentes na linguagem republicana brasileira desde o século anterior. O Manifesto Republicano de 1870, considerado

4 Ver J. G. A. Pocock, op. cit.

5 Ver V. L. B. Borges, op. cit. e M. T. C. de Mello, op. cit.

o marco inicial do movimento no Brasil, já propunha a instauração de um regime republicano, democrático e federalista como solução para os problemas enfrentados pela nação naquele momento, apesar de não estabelecer de forma precisa como isso seria realizado.

A criação do Partido Republicano, apesar de fundamental no processo de consolidação do movimento, não representou a padronização do mesmo. Mesmo após a proclamação persistiam no país concepções distintas do regime, que iam desde a ênfase liberal, favorável ao federalismo, ao presidencialismo ou ao parlamentarismo, até à ditadura republicana defendida pelos positivistas.⁶

Central para esta linguagem política, o conceito de república foi definido por Rui Barbosa de forma ampla, como o conjunto das instituições definidas pelo pacto constitucional, e como a ideia que melhor orientava a campanha contra o militarismo, acusado de querer desrespeitá-la.

“Até agora vemos reunidas em torno desse programa as adesões da força republicana.

Chamamos forças republicanas as que veem na República o conjunto das instituições defendidas pelo pacto constitucional, – não como fórmulas verbais que a hipocrisia adota para servir aos seus interesses e paixões, mas como expressão dos sentimentos do povo, executadas conscienciosamente por partidos honestos.

Toda essa verdadeira força republicana apoia o programa da candidatura de agosto.”⁷

O advogado baiano, que havia feito parte do Partido Liberal durante o Império, procurava mostrar-se como um defensor desses princípios, os quais estavam sempre presentes nos seus discursos. Para ele, a república se confundia com a própria nação, tornando qualquer proposta antirrepublicana também antipatriótica. Associava-se também aos cidadãos, considerados detentores da soberania e responsáveis pela escolha, através das eleições, de um líder que fosse capaz de superar as paixões e os interesses coletivos em primeiro lugar.

“Reine embora sobre essas regiões e sobre essas almas sua majestade a mentira, reine embora um ceptro todo de vilezas e desgraças, reine embora um trono de paixões indignas, – mas, senhores, o que há de

6 V. L. B. Borges, op. cit., p. 343.

7 R. Barbosa, “Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios em 20 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 133.

governar o país é a soberania da nação (bravo e palmas), cujo futuro está assegurado pelos imensos recursos com que a providência a dotou. (Palmas).”⁸.

Em seus discursos, ambos os candidatos davam a vitória como certa, estava sempre associada à ideia de vontade popular. Tanto Hermes da Fonseca quanto Rui Barbosa faziam questão de apresentar-se como representantes não de seus interesses particulares, mas de algo maior, que era a própria nação, encarnada pelos seus cidadãos.

Rui Barbosa acusava o governo vigente de propagandear, antes do pleito, a vitória do seu adversário para o cargo de presidente. Tal situação era expressão, segundo o candidato baiano, de ‘anarquia’ e falta de respeito. Mais que isso, colocava a nação em perigo, na medida em que negligenciava os princípios republicanos e democráticos, e cedia o poder a um determinado indivíduo com base em interesses particulares. Aqui – é interessante observar – a nação fora separada do governo, e diretamente identificada ao povo, que não admitia o desrespeito às leis e aos princípios republicanos e que só podia contar consigo para defendê-los.

“Diante da anarquia interior, a nação está desarmada, e já não pode contar senão consigo; porque o governo se acamaradou com a indisciplina, que devia reprimir, e, sem prestígio, sem respeito, sem recursos, habita de empréstimo o paço do Catete, como famulagem de confiança à espera dos donos da casa. (Sensação e grandes aplausos).”⁹

A reforma da constituição proposta por Rui Barbosa tinha como objetivo reparar os erros presentes na Carta de 1891 e, através de uma “regeneração”, permitir que “a República saísse do pântano”¹⁰. Seu propósito era tornar o regime mais justo e coerente com os princípios que o orientavam, preservando a estrutura política estabelecida por ela. Sendo assim, alguns elementos eram por ele considerados invioláveis: o regime republicano, o pacto federativo, as liberdades individuais e os direitos políticos garantidos aos cidadãos brasileiros.

A tripartição do poder, por exemplo, era um princípio defendido por Rui em seu principal discurso da campanha, onde fazia questão de destacar que

8 R. Barbosa, “Discurso no Conselho Municipal em 19 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 121.

9 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 22.

10 R. Barbosa, “Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios em 20 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 135.

reconhecia a existência de alçadas muito distintas e a necessidade de se preservar a independência das três instâncias.¹¹

Ao contrário da imagem que Rui buscava apresentar de seu adversário, Hermes e seus respectivos correligionários também manifestavam apreço pela divisão de poderes, considerada primordial para a república brasileira. Após discorrer sobre a importância que o presidente tem no progresso do país, Quintino Bocaiuva, que havia sido escolhido para abrir o discurso no qual Hermes da Fonseca apresentaria sua plataforma de governo, afirmou que este não exerceria o poder sozinho. Lhe caberia a administração e o governo, enquanto que o Legislativo seria o responsável pela elaboração das leis.

“No regime republicano, vós o sabeis, o Congresso legisla e o Presidente da República governa e administra.

Porém, é principalmente ao Congresso que incumbe a função de promover por leis adequadas e bem ponderadas a prosperidade geral da Nação.

Como executor dessas leis, o que incumbe ao presidente da República é dar o exemplo da sua dedicação à fiel observância dos parceiros legais e concorrer pela sua colaboração assídua e patriótica para assegurar o êxito das medidas destinadas a promover o bem estar do povo e o desenvolvimento da riqueza nacional.”¹²

Podemos perceber aqui uma nuance um pouco distinta da apresentada por Rui Barbosa. Ainda que se colocassem como defensores ferrenhos dos princípios republicanos, os partidários de Hermes da Fonseca, representados ali por Bocaiuva, reconheciam que a produção de leis era uma função preferencial, mas não exclusiva, do Poder Legislativo. Sendo assim, existia a possibilidade de que o próprio Executivo lançasse mão da elaboração de leis e decretos quando considerasse pertinente. Tal proposta recuperava elementos caros ao florianismo e ao positivismo, que buscava o estabelecimento de um líder forte no governo nacional, capaz de conduzir o país ao progresso.

A campanha hermista também identificava a república como parte indissociável da nação brasileira, e se colocava contra a realização de qualquer reforma constitucional e reconhecia a necessidade de preservar o federalismo, a política externa pacífica e civilizada, a república e o federalismo, na medida em

11 Ao listar aquilo que não faria em seu governo, Rui Barbosa firmou o compromisso de preservar a independência sobretudo do poder Judiciário, afirmando de não pretendia intervir nos tribunais ou desobedecer as suas sentenças. Ver R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 104.

12 Q. Bocaiuva, op. cit., p. 1.

que estes eram reconhecidos como princípios constitutivos fundamentais da mesma.

“E esta, garantindo a liberdade individual e o livre exercício de todos os direitos, nos assegurará igualmente estes grandes benefícios:
A unidade nacional, que é para nós ponto de honra e questão vital;
O poder da autoridade legítima – haurindo a sua força na soberania nacional e sendo dela fiel interprete;
A eficiência do governo firmemente apoiado na opinião nacional e dispondo de elementos de força que assegurem o respeito às suas deliberações, e que inspirem ao povo a confiança na retidão dos seus atos;
Finalmente o bem estar da sociedade e a felicidade do povo, que devem ser o objetivo das nossas cogitações e da ação do governo.”¹³

Em discurso proferido na cidade de Ouro Preto, Rui demonstrou mais uma vez seu apreço ao constitucionalismo, ao qualificar seu adversário, o marechal Hermes da Fonseca, como um político pior do que o imperador Pedro I devido ao fato de que este havia, ao menos, legado ao país a Carta de 1824. Rui Barbosa reconhecia a Constituição Outorgada como algo que possuía um valor em si, na medida em que, mesmo com inegáveis limitações – como a imposição de um poder moderador – que a distanciavam dos princípios liberais defendidos por ele defendido, já era suficiente para colocar o imperador à frente do marechal em matéria de serviços prestados à pátria.

Outro desserviço teria o marechal prestado à nação quando ocupou o cargo de ministro da Guerra. Rui criticava principalmente a forma como Hermes teria levado a cabo a sua candidatura à presidência, fazendo uso do cargo e de sua influência junto a Afonso Pena para passar por cima dos interesses da nação.

“Pedro I proclamara a independência e doara a carta. [...] O constitucionalismo do marechal Hermes, que não nos deu nenhuma das duas constituições, nem nos dotou com a independência, tem por títulos de serviço a desorganização do Exército, a inesquicível lei do sorteio militar, a profissão de fé do Piquete, a exautoração do Presidente da República, pela carta de 15 de maio, o traumatismo moral a que sucumbiu Afonso Pena, a opressão do sentimento público por uma candidatura oriunda notoriamente dos quartéis, o uso da situação de Ministro da Guerra para constranger o chefe do Estado e o país, a aliança com as oligarquias estaduais, os caudilhos civis e os interesses do governo Peçanha, num pacto de vitória eleitoral pela violência, pelo dinheiro e pela fraude, o panegírico da inutilidade da instrução, uma orgia, enfim, de abusos administrativos, sofismas demagógicos e atentados morais, em

13 Q. Bocaiuva, op. cit., p. 1.

que tudo vai de rastros aos pés de um só indivíduo, como quando Bonaparte assombrando-se das consequências do personalismo do seu próprio governo, exclamava, depois da conspiração Mallet: ‘Então, aqui, tudo se reduz a um homem? Os juramento, as instituições não valem nada?’”¹⁴

O distanciamento entre o marechal e a Constituição era mais grave do que quando esse mesmo fato ocorreu à época do imperador, pois, no início da monarquia, o Brasil ainda não possuía uma tradição constitucional sólida, diferentemente dos novos tempos, por ocasião da Campanha Civilista.

Nas palavras de Rui Barbosa, o motivo pelo qual a proposta de reforma constitucional não era aceita pelo seu adversário era o fato de que esta colocava em xeque a ordem estabelecida, que beneficiava as oligarquias em detrimento da população e da própria nação.

“Nenhuma das grandes instituições, daquelas em que palpita a vida, a essência do regime, se consideram expostas aos azares de uma tentativa de reforma, mantidas as bases constitucionais [...] Por que então acabaria essa plataforma irritando todo o mundo? Será porque nos atrevemos a divergir das oligarquias, em cujo domínio se esteriliza tamanha parte do território nacional? Será por havermos proclamado que o Governo Federal não pode ser o guarda submisso de interesses inconfessáveis?”¹⁵.

Ao contrário do que buscavam apresentar os civilistas, não havia incompatibilidade entre as propostas de Hermes da Fonseca e os princípios liberais e republicanos que compunham a base do regime estabelecido no Brasil. Como vimos, os hermistas defendiam a preservação dos direitos individuais, da república e da democracia como fundamentais para a nação e, ainda que reconhecessem a possibilidade de uma maior intervenção do presidente sobre o processo legislativo, não havia em seu programa nenhuma proposta neste sentido. Tratava-se, portanto, em grande parte, de uma estratégia de retórica que tinha como objetivo apenas desqualificar a imagem do adversário, apresentando-o como uma ameaça ao Brasil naquele momento. A associação direta entre o militarismo e as oligarquias no poder apresentada como impeditiva da manifestação dos demais interesses da nação, ratificaria esta ideia de ameaça.

14 R. Barbosa, “Conferência de Ouro Preto em 19 de fevereiro de 1910”, op. cit., p. 211-212.

15 R. Barbosa, “Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios em 20 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 134.

Cabe ressaltar que um dos elementos mais controversos da Primeira República era o processo eleitoral. Primeiramente, ele estabelecia que apenas aqueles que soubessem ler e escrever tinham direito de participar da escolha dos representantes. Tal medida teria, segundo Lessa, diminuído o número de eleitores em relação ao Império, colocando em xeque a pretensão democrática do novo regime ¹⁶. Além disso, as fraudes e manipulações eram comuns e amplamente noticiadas pela imprensa da época, gerando certo descrédito em relação à escolha dos representantes da nação nas mais diferentes instâncias.

Contudo, apesar de não poder exercer diretamente a sua cidadania, a população não deixava de atuar politicamente. As diversas revoltas ocorridas ao longo do período, como a Revolta da Vacina, e as greves operárias podem ser entendidas como formas de reivindicação e participação, as quais passavam ao largo das eleições. Conforme afirmou Mattos, “fazia-se política além das eleições, mas os pleitos eleitorais mantiveram por todo o período centralidade e importância” ¹⁷.

A própria campanha presidencial de 1909-1910 pode ser entendida como um momento de participação política ampla, uma vez que a população era chamada a opinar a respeito dos destinos da nação através dos eventos públicos e da veiculação das ideias dos candidatos nos jornais e revistas. Segundo Borges, desta vez havia uma atmosfera de otimismo, a qual era identificada a termos como liberdade e vitória popular, amplamente utilizados nos discursos. Estes eram radicalmente distintos daqueles que costumavam identificar as eleições anteriores, tais como fraude, corrupção e interesses individuais, dentre outros. ¹⁸

Mais do que apenas uma disputa entre dois candidatos à presidência, a Campanha Civilista se configurava como uma primeira oportunidade de se repensar o regime republicano, o qual completara vinte anos em 1909.

“A novidade da concorrência entre os candidatos sinalizava para a possibilidade de mudança e, com certeza, isto incentivou as pessoas a manifestarem-se defendendo aquilo que acreditavam ser o melhor para o país. Além disso, era importante denunciar as práticas políticas abusivas

16 R. Lessa, “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”, in CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*, p. 25.

17 H. Mattos, op. cit., pp. 114-115.

18 Ver V. L. B. Borges, op. cit.

que manchavam a história da República marcada principalmente pelo uso da força e pela arbitrariedade”¹⁹.

A morte de Afonso Pena em 1909 levou ao poder o fluminense Nilo Peçanha. Em seu curto governo, Peçanha aproximou-se de Hermes da Fonseca, então candidato à presidência. O militar, que contava ainda com o apoio luxuoso de Pinheiro Machado, atraiu para si uma agenda de reformas há muito demandadas pela população. Sua plataforma eleitoral parecia agradar tanto aos fazendeiros fluminenses quanto a importantes setores entre as populações urbanas da capital.

Rui Barbosa, por sua vez, representava os estados menores, dissidentes ou em posição secundária naquele instante – em suma, os que ainda buscavam um lugar de destaque na política nacional. Os princípios liberais compunham a base de suas propostas.

“A candidatura de Hermes revivia parcialmente o jacobinismo militar e suas expectativas de moralização através de homens de reconhecido valor. Do outro lado, um Rui Barbosa sempre liberal, e com apoio de fazendeiros e industriais do PRP, percorreu o país em defesa do voto secreto e da ampliação da alfabetização, com comícios repletos e grande mobilização de opinião pública e do eleitorado urbano”²⁰.

A soberania popular era um conceito caro à linguagem republicana brasileira que pode ser bastante mobilizado pelos dois grupos envolvidos na campanha presidencial de 1909-1910. Assim como Rui Barbosa, Hermes da Fonseca também apresentou o povo como elemento importante para o processo político, na condição de detentor desse poder político, confundindo-se com a própria nação, e participando efetivamente da escolha dos candidatos no pleito.

O discurso de abertura do banquete oferecido no Teatro Municipal, no qual Hermes da Fonseca apresentou as suas propostas de governo, ficou a cargo de Quintino Bocaiuva. Logo no início, o republicano histórico fez referência a uma ideia recorrente na retórica hermista, a ideia de coletividade, e descreveu sua candidatura como aquela que se apoiava não nos interesses do grupo no poder, e sim nos interesses da Nação, representados pelo que identificava como a expressiva parcela da população que havia se colocado ao seu lado.

19 V. L. B. Borges, op cit., p. 342.

20 H. Mattos, op. cit., p. 121.

“Ides ouvir a minha voz, porém, não a minha palavra. Neste momento não sou eu quem fala – sou apenas o eco de uma expressão coletiva, o arauto de uma ideia comum, o portador da credencial de uma agremiação republicana que se assumiu perante a Nação a responsabilidade da apresentação da candidatura do honrado cidadão o marechal Hermes da Fonseca à suprema magistratura do Estado e a do honrado cidadão Dr. Wenceslau Braz à vice-presidência da república [...]”²¹

Identificando-se como soldado e republicano de longa data, Hermes da Fonseca comprometeu-se, logo no início do seu discurso, a fazer jus à confiança que havia sido depositada nele quando do lançamento de sua candidatura. Apesar de identificar-se como militar e de reconhecer o apoio das Forças Armadas à sua empreitada, ele afirmou que esta condição não tornaria a sua gestão um governo militar. Corroborando o argumento de Bocaiuva, Hermes da Fonseca reconhecia a sua candidatura como o resultado de uma ação patriótica e, por este motivo, seu governo teria tal compromisso com a totalidade da nação, e não com parte dela apenas.

“De origem genuinamente civil, amparada pelos chefes situacionistas da quase unanimidade dos Estados e pelos seus opositores, a minha candidatura não irrompeu do seio das classes armadas, cuja ação, aliás, não pode ser indiferente aos interesses políticos e sociais da nossa Pátria. [...]”

Não foi, pois, a minha posição profissional que influiu no vosso espírito para que em meu nome obscuro recaísse a honra da seleção, senão a certeza de que, afeito à obediência e à severidade no cumprimento do dever, ver-me-eis sempre adstrito à Constituição e às leis, na defesa de todos os direitos e de todas as liberdades por elas assegurados.

[...]

Seria crime de leso-patriotismo o desvirtuamento de vossas inspirações e intuições; seria a negação de toda uma vida de amor às instituições que nos regem, e da mais absoluta lealdade posta a seu serviço, o imprimir eu o espírito de classe como cunho característico de um programa administrativo ou de uma orientação política.”²²

Hermes da Fonseca apresentou os princípios liberais como base de sua proposta de governo e como elementos motivadores de sua candidatura. Sua ideia de nação também estava ligada a estes princípios, mas, ele mesmo afirmava que

21 Q. Bocaiuva, op. cit., p. 1.

22 Programa do Marechal Hermes, op. cit., p. 1.

ela não deveria possuir qualquer conexão com a forma passional da atividade política, considerada negativa.

Rui Barbosa destacou em si valores que eram amplamente difundidos dentro da linguagem republicana, ligados principalmente às características desejáveis em um homem público. Dentre eles estava a abnegação, a qual foi retomada em diversos momentos pelo jurista baiano. Segundo ele, um homem com condições de ocupar a suprema magistratura nacional seria aquele que fosse capaz de abrir mão dos seus interesses pessoais em favor daquilo que traria benefícios para a pátria. Por este motivo, ele não deveria ser fiel a um partido, mas sim à nação.

“Não disputando a esses meus quatro companheiros no Governo Provisório [Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Campos Sales] e na Constituinte outros merecimentos, de que não presumo, - como coautor na organização de regime posso, todavia, alegar, sem vaidade, que nenhum me excedeu em trabalho, em dedicação, em eficácia; acrescento que, estabelecida a nova forma de governo, nenhum se devotou como eu a lhe pugnar pela sinceridade, insultando-me dos partidos, abstendo-me dos contatos oficiais, divorciando-me das alianças transitórias, e rompendo com as situações poderosas, no intuito constante de por a lei acima do arbítrio, a justiça acima das paixões, o direito acima dos interesses, a clemência acima da força, o dever cívico acima das conveniências e do medo, a liberdade acima das ditaduras e das mazorcas. (Palmas prolongadas).”²³

Assim como o republicanismo, o federalismo também não se apresentou como pensamento homogêneo entre nós, e contou com correntes bastante distintas em seu interior. Segundo Borges, a primeira delas, defendida por Rui Barbosa na Assembleia Constituinte, era denominada *unionista*, e buscava defender os interesses do poder central diante dos estados. A segunda apodada de *ultra-federalismo*, era defendida por positivistas como Julio de Castilhos, e buscava estabelecer a mínima interferência por parte do governo central. A terceira corrente, mais moderada e a qual conseguiu se sobrepôr na Constituinte, foi chamada de *federalismo temperado*.²⁴

Ao longo da campanha o federalismo foi apresentado por Rui Barbosa como um elemento fundamental da república, o qual não poderia ser suprimido, sob pena de colocar em risco a própria nação. Sua proposta de reforma

23 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 17.

24 Ver V. L. B. Borges, op. cit., p. 345.

constitucional insidia sobre o tema, mas tinha como objetivo estabelecer regras mais claras para a intervenção da União nos estados, evitando assim a ocorrência de abusos de poder. Após o golpe de 15 de novembro de 1889, as primeiras medidas tomadas pelo novo governo estabeleceram um regime republicano em caráter provisório, o qual deveria ser confirmado posteriormente pela Nação, e transformaram as províncias em estados, apontando para o desejo de estabelecer o federalismo, defendido especialmente pelos membros do Partido Republicano Paulista.

“A tensão inicial entre a tentação de uma ditadura militar positivista e uma república constitucional foi vencida pelos constitucionalistas. Em 19 de novembro de 1889, o decreto de qualificação de eleitores concedeu o título de eleitor a ‘todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever’²⁵ .

O candidato civilista ressaltou que, apesar de, em sua origem, apresentar elementos positivos, a autonomia dos governos locais possibilitou o surgimento de uma espécie de despotismo em diversos estados, os quais se viam subjugados por famílias ou pequenos grupos políticos, que monopolizavam as respectivas esferas públicas e os seus processos eleitorais. Era necessário, então, rever as relações entre a União e estados, de modo a torná-las mais compatíveis com os interesses da população como um todo, e não apenas com os de uma pequena elite nas localidades.

“Deixe o governo federal de ser o amigo solícito prestimoso, interesseiro dos maus governos de Estados, e eles começarão a ter, no espírito renascente das populações, o devido corretivo. (...) As oposições, hoje insustentáveis, sitiadas como se veem pela bastarda aliança da política federal à política estadual, irão, pouco a pouco, renascendo, para exercer a sua função benfazeja, indispensável nas democracias.”²⁶

A crítica feita por Rui Barbosa não se dirigia à ideia, mas sim à estrutura federalista estabelecida no Brasil Republicano. Esta, aliás, é uma constante nos discursos do candidato, que apontava também para a necessidade de realizar diversas mudanças constitucionais no país, incluindo aspectos específicos do funcionamento do presidencialismo e da república.

25 H. Mattos, op. cit., p. 91.

26 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., pp. 44-45.

Os hermistas não davam ao tema o mesmo valor que seus adversários. Em trecho citado anteriormente, Quintino Bocaiuva destacou como elementos do governo brasileiro que deveriam ser preservados as liberdades individuais, a legitimidade da soberania nacional e a unidade, classificada por ele como “ponto de honra e questão vital”²⁷, não fazendo qualquer menção direta ao federalismo.

Utilizado pelos partidários de Rui Barbosa para identificar e denegrir as propostas de seu adversário, termo militarismo trazia uma negatividade intrínseca. A ele eram associadas ideias como desordem e autoritarismo e o desrespeito aos princípios republicanos e democráticos, que seriam a base da nação brasileira. Para ele as Forças Armadas estariam a serviço da república e a sua inserção em assuntos políticos seria prejudicial à nação.

O termo não era, contudo, novo na linguagem política brasileira. Segundo Borges, o militarismo era um elemento comum a várias nações na passagem do século XIX para o século XX.²⁸ É importante ressaltar que a relação entre o Exército e a República Brasileira era bastante significativa, na medida em que a fundação e a organização inicial do regime ficaram a cargo deste.

No entanto, por ocasião da Campanha Civilista, a relação da república com as Forças Armadas já era marcada pela incompatibilidade. Houve então uma ressignificação do conceito, que deixou de indicar apenas um fortalecimento do Exército benéfico para a república, para incorporar a ideia de ameaça aos seus princípios.

Esta dissociação entre o Exército e a República, aliás, era nova na linguagem republicana, e referia-se apenas ao candidato Hermes da Fonseca. O papel da corporação e principalmente de Deodoro da Fonseca como seus fundadores era reconhecido até mesmo por Rui Barbosa.

A tradição republicana era reconhecida pela comunidade política como algo incontestável, e que tinha nas suas bases os diversos movimentos ocorridos durante o período colonial e imperial, além do pertencimento a uma comunidade americana, a qual seria caracterizada pela maior presença dos valores e instituições republicanos, comparativamente à Europa.

27 Q. Bocaiuva, op. cit., p. 1.

28 Ver V. L. B. Borges, op. cit.

Segundo Borges, o civilismo, representado por Rui Barbosa e seus aliados, era uma expressão do liberalismo, na medida em que o respeito à Constituição e a preservação das liberdades civis eram as suas principais bandeiras.

“A reação dos civilistas era contra o chamado *mal militar*, resultado de uma doença profunda existente no organismo civil da nação. Portanto, para seus seguidores, o civilismo não tinha ódio ou prevenções contra as classes armadas. O importante era a restauração da ordem civil, a proibição que facções políticas explorassem as Forças Armadas e a revisão das leis constitucionais”²⁹.

Uma estratégia bastante utilizada pelos civilistas era reconhecer o militarismo como algo estranho às tradições brasileiras e que, por este motivo não contava nem deveria contar com o apoio da nação.

“Reajamos, senhores! O país está reagindo; o Brasil começa a reagir. A reação é uma força, é um triunfo, será amanhã a garantia do nosso futuro. A República sairá da luta reabilitada, livre e sã, e a nação ficará, então, restabelecida no trono de sua legítima soberania! (Calorosa salva de palmas, aclamações entusiásticas).”³⁰.

Numa argumentação surpreendente, Rui afirmou que o militarismo estaria contribuindo para esta regeneração da política brasileira, na medida em que despertou e reuniu a opinião pública em torno do descontentamento com a estrutura política nacional, e estava contribuindo para a sua transformação.

“Lançada, porém, a semente no seio da opinião, os fatos vieram desmentir aquelas suposições. Surgiu o movimento; vimo-lo crescer, e hoje a sua extensão é incalculável; já não é no meio de cegos que se tenta conseguir a vitória da candidatura militar. Hoje, no seio dos homens de bom senso, começa o terror. Nosso triunfo não é uma quimera; será uma verdade que marcha triunfante contra os autores da candidatura militar; cresce todos os dias o apoio da opinião. A maioria dos elementos da vida popular, as forças reais da sociedade, aquelas que representam os interesses do país, – todas elas, até então, sempre indiferentes às lutas políticas, – acompanham a reação contra a tentativa militar.”³¹.

29 V. L. B. Borges, op. cit., p. 84.

30 R. Barbosa, “Discurso no Conselho Municipal em 19 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 125.

31 R. Barbosa, “Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios em 20 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 135.

É importante ressaltar que o termo militarismo era utilizado apenas pelos civilistas. Os partidários de Hermes da Fonseca evidentemente não o utilizavam, e buscavam deixar claro o seu distanciamento em relação às Forças Armadas enquanto representante dessa corporação, apesar de não negarem o apoio dela recebido ou mesmo a importância dos seus ensinamentos para formação cívica e nacionalista do candidato.

A educação era vista também como um dos mecanismos disponíveis ao Estado para desenvolver o patriotismo e controlar as ideias políticas, bem como para evitar que as manifestações contrárias ao regime acabassem resultando em ameaças e desordem. Rama discutiu a relação existente, na América Latina, entre a educação e a política. Segundo ele, a passagem do século XIX para o século XX foi marcada por uma série de transformações, dentre as quais a ampliação da educação básica, a qual passou a atingir também as classes médias urbanas.³²

Com uma tradição política marcada pela forte relação de dependência entre educação e poder, a América Latina sofreu, no período, um processo de democratização nessa relação, na medida em que as novas camadas urbanas escolarizadas passariam a reivindicar a sua participação política e cidadania.

Os partidários de Hermes da Fonseca defenderam a expansão do sistema educacional uma vez que este possibilitaria não apenas o progresso material, através do aperfeiçoamento da produção, mas também a adoção do voto universal e a consolidação do regime republicano, que contaria com cidadãos mais aptos ao exercício da política.

“Em primeiro lugar a difusão da instrução pública. Em um país regido por instituições democráticas e onde o sufrágio universal atua como o poder constituinte do Estado, poder esse permanente e imutável na sua augusta função, só a consciência esclarecida do cidadão pode garantir o bom funcionamento do regime republicano e a estabilidade das instituições. Um povo de analfabetos, com o espírito escravizado pela ignorância e mergulhado nas trevas, não pode certamente garantir no interior a solidez das instituições republicanas e nem no exterior o crédito e a respeitabilidade da Nação.”³³

No campo econômico, as propostas de ambos os candidatos não apresentaram muitas divergências. Analisando-se os programas, foi possível

32Ver A. Rama, *A cidade das letras*.

33 Q. Bocaiuva, op. cit., p. 1.

perceber que nenhum enfocava especificamente a produção cafeeira, principal fonte de rendas do país, e também origem da crise econômica enfrentada. Tanto Hermes da Fonseca quanto Rui Barbosa apresentaram propostas bastante amplas de desenvolvimento da economia nacional, abarcando a agricultura, o comércio e a indústria de forma genérica.

Um dos motivos para tal opção era a conexão existente entre esses diversos setores da economia. A burguesia paulista, em especial, atuava em diferentes campos, o que tornava os seus interesses muito mais complexos do que possa parecer à primeira vista. Além disso, havia outros grupos importantes na economia e na política nacional com interesses diversos daqueles partilhados pelos cafeicultores. Sendo assim, não seria conveniente aos candidatos escolher contemplar apenas uma vertente desta complexa economia, sob pena de perder o apoio dos demais grupos.

No campo econômico, Hermes definiu o Brasil como uma nação produtora de matérias primas. O solo, rico em minérios e favorável à agricultura, deveria ser explorado pela iniciativa privada, tornando possível o progresso do país. No entanto, não desconsiderou outras atividades, e também defendeu que fossem desenvolvidas por indivíduos e empresas particulares. A proposta de abertura da economia à atuação de empresas particulares tinha uma clara influência do pensamento liberal, que compunha a base da política econômica nesse período republicano.

“Explorá-las, eis a estrada que o poder público deve franquear, facilitando a abertura de fontes inesgotáveis à fortuna particular, agente poderoso da grandeza nacional e base da felicidade e do bem estar da comunhão. A solução desses problemas, já iniciada pelo governo que auspiciosa e republicaneamente vem promovendo a prosperidade do país, depende a atividade fecunda do artista, do operário, do agricultor, do industrial, enfim, que, amparados pela mão forte dos poderes públicos, arrancarão da terra que lhes foi berço, ou que por pátria adotaram, os invejáveis tesouros que ela encerra e que generosamente distribui pelos que trabalham.”³⁴

No entanto, esta visão não era a única a influenciar o pensamento político e econômico brasileiro no final da primeira década do século XX. Em consonância com as mudanças ocorridas, o candidato militar admitia certo grau de

34 “Programa do Marechal Hermes”, op. cit., p. 1.

intervenção do Estado na economia, sobretudo com o objetivo de criar condições para o desenvolvimento da chamada produção nacional. A crise de superprodução do café colocara em xeque um dos pilares desse liberalismo econômico, isto é, a capacidade do mercado de se autorregular. Por este motivo, Hermes defendia que o Estado adotasse uma postura mista de controle da economia: nem amplamente protecionista, nem completamente liberal. Como o país ainda estaria em desenvolvimento, cria-se que não teria ainda condições de adotar uma política econômica semelhante à praticada pelos países desenvolvidos.

“A tarifa deve ser equitativa, sem os exageros do protecionismo nem os desvarios da escola oposta. Somos economicamente uma nação *in constituendo*, e não um país definitivamente constituído. As leis consequentes ao progresso, adotadas pelas nações que atingiram ao *maximum* de sua evolução, sob esse ponto de vista, não nos são as mais convenientes. O sistema misto, moderado, inteligentemente compreendido e executado, ser-nos-á de vantajosos e eficazes resultados.”³⁵

Em consonância com os interesses dos grupos que o apoiavam, o marechal não entendia a economia brasileira apenas a partir da ótica da cafeicultura. Ao contrário, reconhecia a necessidade de ampliar a quantidade de produtos explorados no país, aproveitando a diversidade de solos e climas que compunham o território. Ele destacou também que a escolha dessas outras atividades não deveria levar em consideração apenas o lucro que poderia ser gerado, especialmente através do comércio externo, mas sim a adaptação das mesmas às condições naturais do país.

“Terra fadada pela Providência aos mais altos e prósperos destinos, dotada de todos os climas, com uma capacidade proteica de produção, escravizada até hoje à monocultura, fato poderoso da desvalorização pela superprodução, em consequência da fatalidade da lei da balança comercial, o Brasil é país talhado para a policultura. É de mister que, segundo a composição química do solo e as condições climatéricas, explore cada zona o produto que mais interesse, sem preterição de outros também adaptáveis, ainda que menos compensadores.”³⁶

35 Id. *Ibid.*, p. 1.

36 “Programa do Marechal Hermes”, *op. cit.*, p. 1.

É interessante perceber que, ainda que defendesse medidas não diretamente relacionadas aos interesses da cafeicultura paulista, o candidato militar não se colocou, em momento nenhum, contra este importante setor. Aliás, o fato de admitir uma certa intervenção do Estado na economia, através do controle das tarifas, dava aos paulistas a esperança de que, sob o seu governo, as medidas necessárias para a efetivação do acordo estabelecido pelo Convênio de Taubaté seriam aprovadas.

Inversamente, ao falar sobre as finanças nacionais em sua plataforma de governo, o político baiano comemorou a antecipação em 18 meses do fim da moratória do *funding loan*, e lembrou que fora contra a mesma desde o princípio. Ressaltou ainda que, se naquele momento o país tinha condições de antecipar o pagamento, era graças às medidas que ele havia tomado quando fora ministro da Fazenda, nos primeiros anos da república. No entanto, apesar desta antecipação ser considerada medida condizente com uma economia pujante, Rui Barbosa descrevia uma situação real oposta, ressaltando que o Brasil vinha obtendo números bastante desfavoráveis na sua economia, relacionados ao aumento de impostos e ao desequilíbrio orçamentário.

No tocante à balança comercial, o candidato civilista também criticou seu adversário afirmando que este associava, em seu programa, a necessidade de uma balança comercial favorável à prosperidade econômica do país, e que isso não necessariamente corresponderia à realidade. Segundo ele, embora as estatísticas mostrassem que as exportações superavam as importações, “(...) o valor da riqueza pública estacionou, e decaiu. As fontes naturais de produção esmoreceram. Definhou o comércio. A vida econômica desfaleceu”³⁷. A solução para tal problema estaria expressa nas palavras de Campos Sales citadas no discurso:

“É tempo de tomar a verdadeira orientação; e, para isso, o que nos cumpre, é tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições que nós.”³⁸

Rui Barbosa contou, basicamente, com o apoio de São Paulo e parte da Bahia em sua campanha. Os interesses da burguesia paulista, ligados não apenas

37 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 68-69.

38 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 70.

ao café, mas também à indústria e ao comércio, foram centrais para a plataforma do candidato, que identificava a necessidade de se considerar as condições da economia nacional para além da balança comercial. Em consonância com as medidas que havia tomado no passado, quando de sua gestão no ministério da fazenda – voltadas para o aumento da industrialização através da concessão de crédito –, e com os interesses dos grupos que buscava efetivamente representar, as propostas de Rui iam além dos interesses agrícolas.

A crise do café já havia mostrado que a dependência maciça de um único produto era um caminho perigoso para as finanças nacionais, muito vulneráveis às variações do mercado internacional. Diante deste quadro, as plataformas de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, no tocante às questões de cunho econômico, foram semelhantes. Ambos manifestaram a necessidade de se expandir a produção nacional, incluindo produtos novos que o país fosse capaz de produzir e comercializar de forma competitiva, como forma de tornar essa economia mais sólida.

Assim tal qual seu adversário, Rui Barbosa também identificava a necessidade de limitar as medidas protecionistas. Seu objetivo ao pregar uma diminuição dos impostos era possibilitar o crescimento e, principalmente, reduzir o custo de vida, tornando assim o Brasil um destino mais atraente para os imigrantes.

Os hermistas viam a educação como fundamental para a vida nacional. Além de estar diretamente ligada aos princípios republicanos, ela também contribuiria para o melhor desenvolvimento da economia, fornecendo mão de obra qualificada para a nação.

Mais do que uma simples disputa eleitoral, a Campanha Civilista se configurou como momento ímpar na história política brasileira, que trazia à tona, sob a forma de embate eleitoral, um conjunto de ideias importantes presentes na linguagem política do final do século XIX. Criava a possibilidade de se refletir sobre a estrutura governamental que havia sido estabelecida desde o início do Brasil Republicano. A presença de duas correntes em disputa efetiva e a participação, mesmo que tangencial, da população nesse processo tornaram a campanha um rico e significativo momento, merecedor de análise historiográfica.

Em linhas gerais as propostas dos dois candidatos não eram radicalmente diferentes, como se buscava demonstrar. Para ambos a nação estava intimamente

ligada à república e à participação popular, e precisando ser defendida das ameaças que se colocavam no horizonte. No entanto, existiam diferenças entre as duas propostas, que não podem ser negligenciadas. A primeira delas diz respeito ao federalismo. Enquanto Rui Barbosa o entendia como um elemento primordial da república brasileira, tal como a democracia e o presidencialismo e não o considerava passível de modificação, propondo inclusive que o tornasse mais eficiente; Hermes da Fonseca defendia a manutenção de um estado uno, indivisível e centralizado.

Outro aspecto que foi tratado de formas distintas pelos dois grupos políticos foi a tripartição do poder. Ainda que a proposta hermista reconhecesse a existência de esferas independentes dentro do governo, deixava antever a possibilidade de intervenção do Executivo sobre o Legislativo, reconhecia que a elaboração das leis era função “principalmente” deste, mas não exclusiva.

É possível perceber, portanto, que sem abandonar o ideário liberal, com o qual possuía importantes conexões, Hermes da Fonseca flertava com o positivismo, demonstrando a força de sua formação militar e a importância que o apoio que esta categoria tinha em sua candidatura. No tocante à economia, as propostas dos dois grupos convergiam. A necessidade de desenvolver e diversificar a produção nacional era defendida por ambos, demonstrando um compromisso que ia muito além dos interesses da cafeicultura sem, no entanto, deixar de atendê-los. Ainda que tivessem o liberalismo como pano de fundo, as medidas propostas reconheciam a necessidade de se aplicarem tarifas protecionistas.

Assim, identificando algumas matrizes de pensamento comuns que influenciaram os dois grupos políticos, é inegável a presença de importantes pontos de convergência entre eles. Por este motivo, cabe encará-los como variações de uma mesma proposta de Brasil republicano do que como expressões de ideologias radicalmente distintas.